



ESPAÇOS DA MULHER NO ENSINO PROFISSIONAL EM MANAUS (1962-1971)

Vannessa Ribeiro da Silva
Pérsida da Silva Ribeiro Miki

RESUMO

O artigo relata sobre a dinâmica e os espaços ocupados pela mulher no ensino profissional em Manaus no período de 1962 – 1971, na Escola Técnica de Manaus (ETM) e posteriormente, Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM). Tais espaços se tornam relevantes quando se questiona acerca da invisibilidade nos estudos sobre a mulher na sociedade.

Palavras-chave: Mulher, Ensino Profissional, Espaços Ocupados.

ABSTRACT

The paper reports on the dynamics and spaces occupied by women in professional education in Manaus between 1962 and 1971, at the Technical School of Manaus (ETM) and later at the Federal Technical School of Amazonas (ETFAM). Such spaces become relevant when one inquires about the invisibility in the studies on the woman in the society.

Keywords: Women, Vocational Training, Busy Spaces.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se preocupa em analisar a trajetória da mulher no ensino profissional em Manaus no período de 1962-1971 na Escola Técnica de Manaus e posteriormente substituída pela denominação Escola Técnica Federal do Amazonas¹. Frente a essa investigação questiona-se: Quais dinâmicas podem ser percebidas nas atividades exercidas pelas mulheres na educação profissional? Que espaços eram ocupados pelas mulheres no ensino profissional em Manaus?

Devido ao período pesquisado as primeiras fontes encontradas estavam dentro de caixas no arquivo geral da instituição (hoje IFAM). Esse local na Av. Sete de Setembro, apresenta condições desfavoráveis de organização, dificultando assim, a localização dos documentos.

No decorrer da investigação a pesquisa apontou para a existência de vestígios, sobre a inserção e a trajetória da mulher na Escola Técnica em uma época em que as mesmas podiam estar inseridas no ensino profissional, mas ao mesmo tempo havia determinados processos que nos faz questionar se realmente a mulher poderia ocupar todos os espaços nesta instituição. Dentre esses documentos, dez abordam os espaços onde as mulheres trabalhavam, os cargos que ocupavam, e como ocorriam as dinâmicas de substituições nesses espaços. A problematização dessas fontes consistirá na etapa de análise dos documentos para a construção de uma narrativa histórica. (DE CERTAU, 1982; MAGALHÃES, 2004).

Este artigo está estruturado em três itens, o primeiro aborda a mulher na invisibilidade da história, o segundo refere-se ao gênero e trabalho, e o terceiro sobre os espaços ocupados pela mulher no ensino profissional em Manaus.

2 A MULHER NA INVISIBILIDADE DA HISTÓRIA

Para desmistificar a narrativa histórica tradicional voltada para os “heróis” e pelos grandes eventos, vários historiadores modificaram essa visão e passaram a

¹ Denominação por meio da Lei 4.759, 20 de agosto de 1965: Art. 1º As Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado.

valorizar os indivíduos desconhecidos e comunidades que também contribuíram para a realização desses acontecimentos.

Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a leitura, a fala e até mesmo o silêncio. O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variação, tanto no tempo quanto no espaço (BURKE, 2009, p.11).

O estudo sobre a história da mulher começou a ganhar notoriedade quando iniciaram os questionamentos sobre o porquê de sua exclusão nos fatos históricos da sociedade. A mulher passou por restrições ao longo de vários conflitos para conquistar e ocupar os espaços, e principalmente a conquista do mercado de trabalho e igualdade de direitos. Para Margareth Rago, citada por Martins:

O movimento feminista, anunciando suas reivindicações à sociedade, foi o princípio da inclusão das mulheres no espaço público do mercado de trabalho. Com a conquista desse novo espaço na sociedade elas passaram a ser notadas pelos historiadores. (MARTINS, 2017, p.2).

Na historiografia tradicional os acontecimentos históricos eram escritos pela classe dominante e ao invisibilizar a mulher imitavam a sua liberdade e excluía-na dos acontecimentos da sociedade, privilegiando somente o discurso masculino.

A historiadora Joan Scott (2009), em seus estudos, fez um levantamento historiográfico do movimento feminino dos Estados Unidos pelas décadas de 60, 70 e 80, e verificou que existiu uma evolução nas pesquisas e nas reivindicações das ativistas feministas ampliando a visibilidade que pretendiam. Dessa forma, podemos sair das narrativas tradicionais, ampliar o conhecimento referente à conquista das mulheres e construir a narrativa dos espaços ocupados pela mulher no ensino profissional da Escola Técnica em Manaus.

3 GÊNERO E TRABALHO

No período pré-histórico não existia divisão de trabalho. A predominância das atividades era agrícola, o trabalho era coletivo e não existia um gênero dominante.

Ao longo do desenvolvimento das civilizações e o início da organização da sociedade, modificou-se o modo como os indivíduos se relacionavam, e assim, os

povos deixaram de ser nômades. Esse modelo foi substituído pelo surgimento da divisão do trabalho e das leis de convivência. Dessa forma, o homem passou a ter o domínio das atividades e ser o centro na reprodução, característica da sociedade patriarcal. De acordo com Ramos (2009):

A partir da passagem da economia feudal para a economia industrial, grandes transformações se fazem presentes. Inicia-se a crise da ordem familiar e vigente até então. A família deixa de ser uma unidade de consumo e passa a ser uma unidade de reprodução da força de trabalho; homens, mulheres e crianças invadem as fábricas e as cidades, onde se amontoam em favelas, convivendo com a fome e a prostituição. (p.193).

Nessa perspectiva a mulher assume o papel de submissão ao homem, a sua participação na sociedade é limitada, cabendo-lhe somente a maternidade, ou seja, a reprodução e os cuidados da casa, o ambiente privado. O modelo de sociedade patriarcal no qual a competição e a autoridade são valorizadas nos propõe a refletir sobre quais tipos de relações de gênero essa sociedade influenciava para que a convivência não fosse justa, sucedendo com submissões e agressões. Santos (2006) afirma que:

Os papéis de gênero eram fortemente estabelecidos e difundidos através da educação. Às mulheres eram atribuídas características que reforçassem seu papel de matriz reprodutora, qualidades que valorizassem o comportamento submisso e generoso, que viabilizassem a diluição da individualidade e a entrega total à condição materna, sem esquecer dos atributos constitutivos de sua imagem de “belo sexo” como a caridade, a presteza e a vaidade. Aos homens e mulheres que ousassem ultrapassar a linha dos papéis atribuídos, mesmo que fosse num simples gesto, a exposição pública era inevitável. (p.35).

A autora explica que essa exposição sobre as mulheres era citada pelos jornais de Manaus e que expressavam posições favorecendo a classe dominante, demonstrando críticas ao comportamento das mulheres. Segundo Scott (2009) historicamente a palavra gênero foi utilizada para designar traços ou caráter sexual. Na atualidade o gênero é utilizado para designar as relações sociais que se estabelecem em processos sociais e históricos.

Nessa análise histórica do gênero, entende-se que as relações sociais, culturais e econômicas apontam para o processo de exploração do capital sobre o trabalho, e se entrecruzam com a concepção do gênero, que estabelece a explosão do

capital sobre o trabalho, atingindo de forma diferenciada homens e mulheres, e “[...] as contribuições de cada qual ao processo histórico.” (MATOS, 2000, p.15).

4 ESPAÇOS OCUPADOS PELA MULHER NO ENSINO PROFISSIONAL

Inicialmente a Escola Técnica de Manaus foi criada em 1942 pelo Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro do mesmo ano, pelo ministro da Educação Gustavo Capanema, no qual esse Decreto pertencia as Leis Orgânicas do Ensino (1942-1946):

A Escola Técnica de Manaus foi criada pelo Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, sendo um instituto oficial de ensino profissional, subordinado à Divisão do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde. O prédio estava localizado entre a Av. Sete de Setembro e as ruas Duque de Caxias, Ajuricaba e Visconde Porto Alegre. O prédio foi construído no período entre 1938 a 1941. (MELLO, 2009, p.2).

Mello (2009) aponta que o Regimento da instituição informava a finalidade de preparar os alunos para o trabalho industrial e qualificava-os para o melhor aumento da produtividade no mercado de trabalho. No período de 1940 a 1960 a Escola Técnica passou por várias transformações para se adequar ao Decreto-Lei. Em 1965, através da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965 ocorre a transformação da Escola Técnica de Manaus para Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM).

A análise da trajetória da mulher no ensino profissional em Manaus no período de 1962-1971 será realizada através dos documentos primários pesquisados no arquivo geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).² Por meio dessas fontes podemos perceber os espaços ocupados pelas mulheres e as dinâmicas que correram nas atividades que exerciam. Foram encontrados dez documentos, os anos correspondentes são: 1962, 1970 e 1971, que se constituíram em Portarias, Serviços Prestados, Folhas de Pagamento, Resoluções e Ordem de serviço. Entre esses quatro anos, encontramos documentos de funcionárias que ocupavam o cargo de contadora, escriturária, orientadora educacional, servente e professora. A narrativa do quadro a seguir perpassa, por ordem cronológica, os acontecimentos que ocorreram com as funcionárias mulheres, citando cada uma.

² A pesquisa está sendo realizada no IFAM, mas o período analisado perpassa pela Escola Técnica de Manaus, posteriormente, Escola Técnica Federal do Amazonas.

Nº	Ano	Nome	Cargo	Documento
1	1962	Betty Antunes de Oliveira	Professora	Portaria nº 36, de 15 de março de 1962. Portaria nº 100, de 10 de agosto de 1962.
2	1962	Desirée Tapajós Jansem da Silva	Professora	Resolução nº10, de 27 de abril de 1962. Portaria nº 143, de 06 de novembro de 1962.
3	1962	Emilia Braga da Silveira	Professora	Resolução nº19, de 12 de outubro de 1962.
4	1962	Maria Iracy Lima de Melo	Servente	Portaria nº 22, de 27 de fevereiro de 1962. Portaria nº 86, de 13 de junho de 1962. Portaria nº 99, de 19 de julho de 1962.
5	1962	Maria Ondina Guerreiro	Contador	Portaria nº 122, de 21 de setembro de 1962.
6	1962	Zeneide de Melo Corrêa Lima	Servente	Portaria nº 19, de 27 de fevereiro de 1962. Portaria nº 23, de 27 de fevereiro de 1962. Portaria nº 105, de 17 de agosto de 1962.
7	1962	Zilma Teixeira Garcia	Escriturária	Portaria nº 21, de 27 de fevereiro de 1962.
8	1962	Maria Nazaré Rocha da Silva	Professora	Portaria nº 66, de 27 de abril de 1962.
9	1970	Lindalva Paes de Albuquerque	Professora	Resolução nº 84, de 03 de agosto de 1970.
10	1971	Leonida Zadorosny	Orientadora Educacional	Ordem de serviço nº 140, de 31 de dezembro de 1971.

Quadro 1. Funcionárias da ETM e ETFAM.
Fonte: Arquivo Geral (ETM e ETFAM), 2017.

A professora Betty Antunes de Oliveira solicitou afastamento da cadeira de Educação Doméstica devido a um tratamento de saúde, e foi concedido pelo Egrégio Conselho de Representantes, através da Resolução nº 05, de 13 de abril de 1961. Ao retornara a ETM, a situação funcional da professora ainda não estava definida e a

escola ficou pagando os “vencimentos e vantagens”, pois a Cadeira de Educação Doméstica foi extinta há mais de três anos por não funcionar o Curso Industrial básico feminino. A professora estava obrigada a prestar 18 horas semanais de trabalho conforme o artigo 5º do Decreto-lei nº 7.190, de 22 de dezembro de 1944. Através da Portaria nº 36, de 15 de março de 1962, o Diretor designa à professora a função de dirigir estudos na biblioteca, assim de acordo com a Portaria é: “o trabalho mais aconselhável e compatível com a função de magistério”. Outro documento refere-se à publicação da Portaria 139, de 12 de junho de 1962 divulgada no Diário Oficial pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura - Antonio de Oliveira Britto, colocando a professora Betty Antunes, à disposição de seu Gabinete, “a fim de prestar assistência técnica especializada ao Governo do Estado do Amazonas”. Assim o Diretor da ETM, através da Portaria nº100, de 10 de agosto de 1962, resolve desligar a professora do quadro de funcionários.

A professora Desirée Tapajós Jansem da Silva, que ocupava a Cadeira de Canto Orfeônico, solicitou ao Conselho de Representantes da ETM, um requerimento para ser processada sua disponibilidade remunerada devido à extinção da referida Cadeira, de acordo com o art. 174 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952:

Art. 174. Extinguindo-se o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade com provento igual ao vencimento ou remuneração até seu obrigatório aproveitamento em outro cargo de natureza e vencimento compatíveis com o que ocupava. (p. 20).

Dessa forma, o Conselho, através da Resolução nº 10, de 27 de abril de 1962, resolve deferir a solicitação da professora, e consente o afastamento do quadro pessoal docente. Outro documento refere-se à publicação da Portaria nº 159, de 16 de outubro de 1962, no Diário Oficial pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura – Darcy Ribeiro, que designou a professora a servir na Diretoria do Ensino Industrial, em Brasília. Assim, o Diretor da ETM através da Portaria nº147, de 6 de novembro de 1962, resolve deligar a professora do quadro de funcionários “considerando a necessidade da professora deslocar-se para o local onde foi mandada servir”.

A professora Emilia Braga da Silveira que ocupava a Cadeira do Curso de Corte e Costura feminino, solicitou o pedido de disponibilidade remunerada ao

Conselho de Representantes da ETM no dia 24 de abril de 1962, devido à referida Cadeira ter sido extinta. O Conselheiro relator Dr. Justino Marcos da Silva opinou pelo indeferimento devido não existir uma Lei extinguindo o curso, e sim um telegrama do Diretor do Ensino Industrial DR. Solon Gguimarães determinando que não fosse aberta a matrícula para esse curso e opinou que “a professora fosse posta à disposição do Conselho de Representantes, onde deveria prestar seus serviços, até que sua função social fosse resolvida”. Assim, através da Resolução nº 19, de 12 de outubro de 1962, a professora foi designada a prestar serviços no gabinete da Presidência do Conselho de Representantes durante 77 dias.

A servente Maria Iracy Lima de Melo, através da Portaria nº 22, de 27 de fevereiro de 1962, foi designada a exercer a função de Chefe do Pessoal a partir de 1º de fevereiro corrente, com direito a gratificação de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais. Em junho do mesmo ano, de acordo com a Portaria nº 86, de 13 de junho de 1962, o Diretor concede trinta dias de férias a servente. No mês de julho, através da Portaria nº 99, de 19 de julho de 1962, o Diretor Executivo resolve tornar sem efetivo a Portaria nº 22, de 27 de fevereiro de 1962 que designou Maria Iracy de Melo para exercer a função de Chefe do Pessoal.

A Maria Ondina Guerreiro foi admitida com dedicação exclusiva até o dia 31 de dezembro de 1962 para exercer a função de Contador, recebendo Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), através da Portaria nº 122, de 21 de setembro de 1962.

A funcionária Zeneide de Melo Correa Lima foi designada a exercer a função de Secretária do Conselho de Representantes de acordo com a Portaria nº 62-A, de 21 de setembro de 1961, mas o Diretor resolveu tornar sem efetivo (o documento não expõe o motivo), através Portaria nº 19 de 27, de fevereiro de 1962. Em outro momento, através da Portaria nº 23, de 27 de fevereiro, o Diretor designou que Zeneide para exercer a função de Chefe do Serviço de Escolaridade, com direito a gratificação mensal de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros). Em agosto de 1962, Zeneide recebeu 60 dias de férias através da Portaria nº 105, de 17 de agosto de 1962.

A escriturária Zilma Teixeira Garcia, de acordo com a Portaria nº 21, de 27 de fevereiro de 1962 foi designada pelo Diretor Executivo a exercer a função de

Secretária da Diretoria a partir de 1º de fevereiro do referido ano, com direito a gratificação de Cr\$ 6,000.00 (seis mil cruzeiros).

A professora Maria Nazaré Rocha da Silva, através Portaria nº 66, de 27 de abril de 1962, foi designada pelo Diretor Executivo a lecionar História Geral, à noite no curso Técnico de Eletrotécnica, com direito a gratificação de Cr\$ 11.000.00 cruzeiros mensais. Ciente da necessidade de assegurar a eficiência do Curso Técnico de Eletrônica, e de oferecer a cadeira de História Geral, foi considerado que a professora “revela capacidade para a referida função”.

A professora Lindalva Paes de Albuquerque, através da Resolução nº 84, de 03 de agosto de 1970, recebe a licença, pelo Conselho de Representantes, para cursar especialização, correlato à respectiva cadeira de Biologia, na Universidade de São Paulo, sobre a condição de no término do curso, a professora volta a lecionar na ETM durante 2 anos, e que o pagamento seja determinado ao recebimento do atestado de frequência da Faculdade de Higiene da Universidade de São Paulo.

A Orientadora Educacional Leonida Zadorosny, através da Ordem de Serviço nº 140, de 31 de dezembro de 1971, recebe do Diretor a autorização para viajar a RJ, SP, Curitiba, e Porto Alegre, para atualizar os serviços específicos de Orientação Educacional e modernizar os testes psicotécnicos durante o período de 60 dias.

5 NOTA CONCLUSIVA

A realização desta pesquisa de Mestrado, que se encontra em fase preliminar, nos faz refletir que devido todo o contexto de discriminação e limitações da participação da mulher em determinados espaços da sociedade, é possível que na ETM e ETFAM essas diferenças ocorressem com menos frequência e a mulher, nesse espaço, tivesse mais visibilidade. Percebemos que mesmo estando nessa fase da pesquisa é indispensável, através dos documentos encontrados, iniciar questionamentos (DE CERTEAU, 1982) e formular as primeiras hipóteses (THOMPSON, 1981) sobre os acontecimentos e prováveis causas referentes às trajetórias das mulheres na ETM e ETFAM.

Ao analisar as contradições que impulsionaram a trajetória da mulher no ensino profissional em Manaus, pode-se entender as diferenças sociais, culturais e econômicas que possivelmente tenham favorecido o homem e limitando os espaços que as mulheres pudessem ocupar.

É essencial que a história das mulheres seja sempre discutida, estudada e problematizada, propiciando seu crescimento e a sua visibilidade entre as pesquisas, e enfatizar que a igualdade de direito nas relações de gênero podem ser favoráveis para o desenvolvimento na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 1.711, de 28 de outubro de 1952. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1711.htm> Acesso em: 05 de jul.2017.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Tradução de: Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica: Arno Vogel.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARTINS, Flat James de Souza. **Processos de exclusão e inclusão dos valores femininos na sociedade**. 2007. Disponível em: <http://www.iprb.org.br/artigos/textos/art151_199/art159.htm>. Acesso em: 27 de jul. 2017.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. Bauru, SP: EDUCS, 2000.

MELLO, Maria Stela de Vasconcelos Nunes. **De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: cem anos de história**. Manaus: Editora, 2009. Disponível em: <<http://www2.ifam.edu.br/instituicao/historia-do-ifam>>. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

RAMOS, Jucelém Guimarães Belchior. Relações de gênero: trabalho e educação. In: OLIVEIRA, Selma Baçal de Oliveira. (Org.). **Trabalho, Educação, Empregabilidade e Gênero**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 190-206.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. **Filhas de Eva no País das Amazonas: gênero, sexualidade e condição feminina nos jornais de Manaus (1890-1915)**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus. Universidade Federal do Amazonas, 2006.

SCOTT, Joan. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Tradução de Waltensir Dutra.